

1ª quinzena de dezembro de 1998

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 39

Fotos de Fabrícia Osanai



A ação coletiva é a única saída
para os problemas que envolvem uma coletividade,
entende o professor Carlos Schmidt. Presidente eleito
da Adufrgs, ele antecipa ao ADVERSO os rumos da
entidade para os próximos dois anos **Página 12**

Fé e Razão

À luz da última
encíclica do papa
J. Paulo II, um
professor da
Ufrgs propõe a
autonomia da
racionalidade

Páginas 3 e 4

CLZ DE CHUMBO

Nos 30 anos do Ato
Institucional nº 5 (AI-5),
professores da Ufrgs
contam como a ditadura
militar agiu dentro da
universidade para cercear
o direito ao conhecimento
de centenas de
estudantes. Até hoje, a
morte de um aluno da
Engenharia, internado no
hospital da Base Aérea de
Canoas, não foi
esclarecida. A lista dos
professores expurgados
alcançou 36 pessoas, que
foram afastadas de suas
atividades sem direito à
nenhum tipo de defesa

Páginas central, 8 e 9



É tempo de repensar nossos sonhos

Dá para sentir no ar mudanças em nível internacional no sentido de sacudir o conformismo e a atomização provocados pela vaga liberal que inundou o mundo nas suas últimas décadas.

É interessante que várias iniciativas, que transitam às vezes por velhos canais institucionais, encontram suporte na sociedade civil organizada que volta, cada vez com mais vigor, a intervir nos processos.

Estamos nos referindo, em primeiro lugar, ao movimento criado pela Unesco que foi divulgado na edição anterior do ADVERSO, que contou com a participação da Direção nacional do nosso sindicato (Andes). Esta articulação se contrapõe à visão do Banco Mundial sobre educação e em particular educação Superior, ela que, como sabemos, inspira o governo FHC na matéria. Os documentos produzidos na reunião de Paris na sede da Unesco, no início de outubro deste ano, se pautaram por uma visão sobre a universidade muito próxima da nossa.

Tomando por base o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos reafirma a equidade no acesso ao ensino Superior e o compromisso do Estado no financiamento do mesmo. Assim como propugna a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Outra iniciativa que reputamos da maior relevância é o "espraçamento" (para usar uma palavra da moda) da associação Attac (Associação por uma Taxa sobre as Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos – contra a ditadura dos mercados financeiros e o AMI).

Este nome comprido engloba o que está explícito, sobre o que discorreremos adiante e abre um espaço para muito mais. Parece-nos interessante tentar agrupar as pessoas em torno de grandes temas, ainda que pontuais, mas que têm um grande potencial de aglutinação em torno de valores de solidariedade.

Pensamos que o insucesso de experiências de sociedades que se pretendiam solidárias não invalidam a busca constante pela humanidade, que não pode se conformar com o horizonte mesquinho do darwinismo sócio-econômico da sociedade de livre mercado, de um

modelo de sociedade justa e não excludente.

Assim, mesmo antes de se reconstruir uma alternativa global que ganhe os corações e mentes, temos que tomar iniciativas em torno de valores solidários com potencial aglutinador.

É nesta perspectiva que inserimos a Attac cuja sigla já é premonitória. É preciso sair da defensiva e atacar. Atacar com propostas que empolguem e ganhem ampla adesão para "atacar" as grandes chagas que atormentam as consciências ou a vida do cidadão.

Não podemos transigir com a miséria, não podemos admitir que uma meia dúzia de especuladores ditem as normas para os povos em nome da racionalidade do mercado.

Em entrevista ao nosso ADVERSO, Eric Toussaint, citando o PNUD (relatório sobre desenvolvimento social da ONU) fala que as 348 pessoas mais ricas do mundo têm uma fortuna pessoal equivalente à renda anual dos 47% mais pobres da população mundial.

Este processo brutal de concentração da riqueza só se amplia com a especulação do mercado financeiro e a proposta da Attac de uma nova taxa sobre movimentação dos capitais, de um lado, inibe a rotação frenética e desestabilizadora destes e, por outro, gera recursos (estimados por baixo em 100 bilhões de dólares anuais) para enfrentar o problema da miséria absoluta.

Este objetivo amplamente louvável, mas limitado, desencadeia uma dinâmica de questionamento à barbárie que se constituiu o funcionamento do sistema capitalista e abre espaço para um conjunto de questões como a dívida externa dos países pobres, a concentração de riqueza, os problemas de saúde e educação, da exploração predatória da natureza.

A universidade não pode deixar de responder presente a estas iniciativas e deve se constituir num lugar de reflexão e busca de alternativas aos grandes desafios do fim de um milênio e início de outro.

Talvez seja o momento de repensar, em novas bases, os sonhos dos nossos avós e bisavós do início do século.

OBSERVATÓRIO

Espantoso e preocupante

Os 126 mil formandos dos 10 cursos universitários submetidos em junho ao Provão obtiveram nota média 3, numa escala de zero a 10. A maioria dos estudantes atribuiu suas baixas notas à ineficiência das aulas de letras, jornalismo, matemática, engenharia elétrica, civil e química, direito, administração e veterinária. Como nos outros anos, as instituições públicas tiveram melhores desempenhos que as particulares. Somente o curso de Odontologia ficou com média acima de 4 (5,87). O pior desempenho ficou com os estudantes de Matemática: 2,12. Para o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, o resultado do Provão é "espantoso". Já o presidente da República avalia que o caso "é preocupante".

Judiciário congestionado

Bom argumento para os defensores das urgentes reformas no sistema Judiciário: até o final do mês, cada um dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) terá recebido pelo menos 5 mil processos para apreciar, relatar e julgar. Até o dia 25 de novembro, o STF distribuiu 45.745 processos, foram julgados um total de 43.760 ações e publicados 12.596 decisões (acórdãos).

FMI: remédio sem bula

O Brasil está prestes a assinar um protocolo de intenções com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que vai selar o auxílio financeiro esperado pelo governo FHC. Mas ninguém sabe os termos desse documento, quais as responsabilidades que o país vai assumir. A própria imprensa se encarregou de dizer que a população vai "tomar remédio sem ler a bula". A oposição já reivindicou, na Câmara e no Senado, a divulgação dos documentos a serem firmados entre as duas partes. A resposta veio do presidente do Senado, que disse claramente não ser necessário discutir o assunto. E ponto final.

Privilégios

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) concluiu que a camada correspondente aos 20% mais pobres das população ficou, em 1994, com 30% do total de serviços governamentais gratuitos de educação, merenda e saúde. Ao mesmo tempo, os 20% mais ricos abocanharam 19% dos recursos destinados a pensões e 16,2% de outros benefícios.

Números divergentes

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) contestou estudo divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), segundo o qual o Brasil gasta US\$ 14,3 mil ao ano com cada estudante universitário, enquanto a média em outros países seria de US\$ 8,781. Para a Andifes, que tem estudo recente sobre o assunto, os gastos ficam em torno de US\$ 5,5 mil. "O problema é que a OCDE usou dados do Ministério da Educação (MEC) que não são comparáveis aos de outros países porque incluem e excluem ingredientes diferentes", diz Arthur Cevino, da Andifes. A maior distorção, segundo ele, deve-se ao fato de o MEC contar apenas os estudantes da graduação, enquanto a maior parte dos países da OCDE computa todos os alunos que frequentam cursos de nível pós-Secundário na Universidade, mesmo que seja uma especialização de dois meses de duração. Além disso, os gastos com os hospitais universitários e a maior parte dos investimentos nacionais em pesquisa estão incluídos nos gastos das universidades brasileiras, o que não ocorre nos demais países. No estudo da Andifes, esses gastos foram deduzidos.

AD
VERSO

**Publicação
quinzenal
Impresso em
papel Ecograph
Tiragem :
4.500 exemplares**

Edição: Silvanio Mariani
Reportagem: James Görgen
Estagiária: Fabrícia Osanai
Programação Visual: Gilmar Fraga
Diagramação: Nilson Figueiredo Filho
Revisão: Jorge D. Barbosa

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt; Vice-Presidente: Lúcio Hagemann; 1º Secretário: Eloína Prati dos Santos; 2º Secretário: Jorge Ducati; 1º Tesoureiro: Mário Brauner; 2º Tesoureiro: João Vicente Silva Souza; 1º Suplente: Benedito Tadeu César; 2º Suplente: Ricardo Jacobi.

Seção Sindical do ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

ADufrgs
Associação de Docentes da UFRGS

FILOSOFIA



Fé, Razão...

Jorge R. Ducati

Com a divulgação da Encíclica "Fé e Razão" pelo Papa João Paulo II, abrem-se oportunidades desde há muito esperadas para um debate sobre o racionalismo neste final de milênio. Esperamos que este texto estimule a produção de idéias provenientes de todos os horizontes.

"Fides et Ratio" chama a atenção para um fenômeno de fim-de-século (semelhante ao ocorrido nos anos 1890...), qual seja, a intensificação das crenças esotéricas a partir da renúncia ao pensamento racional. As bases para tal renúncia, mesmo em pessoas que tiveram algum acesso à educação, certamente estão ligadas a um sentimento de exclusão e a uma crise de confiança nas estruturas sociais. Isto é compreensível. Como, atualmente, não sentir-se marginalizado? A substituição das relações humanas por análises mercadológicas, a macroeconomia retirando de povos inteiros a decisão sobre seus próprios futuros, a supremacia na vida cotidiana de tecnologias absolutamente incompreensíveis para a maioria das pessoas (utilizadas, do ponto de vista prático, como magias), a queda generalizada na qualidade da educação, em especial da educação integral; estes e outros fatores semelhantes levam muitas pessoas a não se sentirem mais participantes, deixando de ser os vetores que transformam o mundo; elas passam a ter a percepção, clara ou inconsciente, de serem objetos da manipulação de forças muito maiores. Como, nestas condições, não ver no esoterismo uma prática indistinguível de outros agentes misteriosos, mas que funcionam? Ainda mais que as práticas esotéricas podem ser facilmente vistas como métodos alternativos, à margem de uma versão oficial da per-

"Há um método diferente para o estudo do universo físico e do espírito humano?"

cepção da realidade, assumindo mesmo uma aura de contestação a este mundo oficial que nega as pessoas, podendo ser ainda encaradas como uma linha direta de comunicação entre o praticante com forças do mundo misterioso. Como, neste quadro, manter-se lúcido? Aparentemente, ser lúcido hoje em dia equivale ao equilibrismo sobre o fio de uma navalha.

A formação completa do ser humano inclui a exploração dos mundos interior e exterior, sendo este último o mundo físico que nos abastece de impressões sobre as quais o mundo interior, nosso intelecto, se constrói. O conhecimento, a investigação, a descoberta das leis de funcionamento do mundo físico transformaram a maneira como o percebemos e o compreendemos. Este processo de descobertas fez-se sobre base sólida, qual seja, a interação com o mundo através da experimentação, a partir da qual, por tentativa e erro, os fenômenos naturais foram e têm sido descritos e compreendidos. O trabalho de desvendar os mistérios da Natureza, que

tantos frutos produziu e colocou a serviço da Humanidade, para bom ou mau uso, esteve, e só podia estar, disciplinado por uma prática, que é o método científico. Neste sentido, a Ciência pode ser vista não como um conjunto de informações, conceitos e leis, mas como um método de abordagem do desconhecido. Desconhecido interno e externo: há todo o universo do espírito humano, além do universo físico. Será que há um método diferente para o estudo de cada universo?

O senso comum, levado às raias da intuição, que move o trabalho dos cientistas do mundo físico, diz que o objeto de seu trabalho só pode ser estudado através da experimentação. No caso do estudo do espírito humano não é bem assim. É certo que as últimas pesquisas sobre o funcionamento do cérebro têm

introduzido elementos de ciência experimental sobre o que é o pensamento; mas, em larga escala, o que sabemos sobre nós mesmos deriva de técnicas de estudo fortemente baseadas numa estrutura conceitual que se auto-sustenta. Mesmo admitindo-se que boa parte das regras morais provenham da otimização da adaptação do homem ao mundo físico e biológico (idéia a partir da qual vicejam a sociobiologia e outras propostas novas de explicar o comportamento humano), o estudo do espírito humano tem uma forte componente que não é enquadrável no método científico, tal como é visto por cientistas físicos. A filosofia e a religião não são ciências físicas! No entanto, não é difícil, mesmo para um cientista físico, concordar com uma importante declaração da Encíclica: "conhecer-se a si mesmo é o que diferencia os seres humanos do resto da criação" (p. 2). De fato, a observação de outros seres vivos mostra que mesmo a uma pequena escala, muitos animais interagem inteligentemente com o mundo físico, aprendem sobre ele e modificam seu comportamento em função deste aprendizado. Muito mais difícil seria dizer o que os seres ditos "irracionais" pensam sobre eles mesmos. O máximo que percebemos são fases de depressão em certos animais domésticos.

Mas voltemos àquela pergunta feita anteriormente. Há métodos diferentes para o estudo de cada universo? se não há, pelo menos os resultados são diferentes. Cientistas físicos tendem a ser pouco sutis. A busca da Verdade é crua. Observação, teoria, teste, lei; resultado: mais um passo em direção à compreensão ampla do Universo. Neste andar, já se prevê o Fim da Ciência, pois tudo terá sido descoberto, algum dia no futuro. De que sentir algum desconcerto, frente ao que, chama a atenção a Encíclica, faz a filosofia moderna: "a atitude da filosofia recente em aceitar ou

continua na página seguinte

FILOSOFIA

...e Racionalismo

continuação da página anterior

assumir a suposição de que todas posições são igualmente válidas é um sintoma de perda de confiança na verdade.(...) Nesta compreensão, tudo se reduz a opinião" (p. 5). Estas são construções intelectuais do mais alto nível... mas poder-se-ia ver uma conexão legítima com algo que assola o debate dos cientistas com as pseudociências: agora é comum, na imprensa, afinal tornada na grande arena de discussão e divulgação de idéias, que nos debates sejam chamados, para indignação dos cientistas, "os dois lados": os cientistas "oficiais" e algum esotérico ou místico que representará o outro lado, em nome da liberdade de pensamento. "Tudo se reduz a opinião".

Haveria, mesmo no lado dos cientistas, razão para alguma perplexidade. Esta é uma questão delicada. Afinal, há muitos cientistas que compartimentam seu intelecto por ter uma crença religiosa. A Fé. O pensamento religioso separa claramente a Fé da Razão. Tanto, que é o nome de uma encíclica. Cientistas usam o método científico, baseado na Razão, para estudar o mundo; pode-se usar a Fé como guia no estudo do mundo? alguns cientistas religiosos dizem que sim; a Encíclica também diz que sim. Os que não têm a Fé estudam o mundo mesmo sem ela. Há alguma diferença no resultado? Temos na primeira linha de Fides et Ratio: "Fé e Razão são como duas asas sobre as quais o espírito humano sobe para a contemplação da verdade". Não vemos na literatura científica citações como "estes resultados foram obtidos com o auxílio de fé religiosa"; o fato é que o trabalho científico de cientistas religiosos em geral tem um caráter pouco

"Não há como negar: conhecer-se a si mesmo é o que diferencia os seres humanos do resto da criação"

separado da produção geral da sua comunidade científica. A diferença, quando ocorre, advém de uma atuação individual mais ampla, além dos limites da carreira estritamente científica, já

no campo do debate sobre o significado dos conhecimentos produzidos. Mas cientistas ateus também têm sido capazes de animar debates profundos sobre o mundo e sobre o espírito humano. Citando a Encíclica: "Não há motivo para competição de nenhum tipo entre razão e fé: uma contém a outra, e cada uma tem seu campo de ação" (p. 12).

Temos repetidamente chamado a atenção para esta separação, que deve sempre ser clara. Mesmo se não concordarmos com a afirmativa de que "uma contém a outra", certamente concordamos com a separação das duas. A Encíclica reprova o corrente surto de superstições. Qual a base destes misticismos de fim-de-século? é a mistura dos campos de ação. Quando a astrologia, para citar uma destas pseudociências, se traveste de ciência, está ocorrendo uma mistura indevida. Pois a astrologia, ou a crença em gnomos, para citar outra superstição, só pode se sustentar se baseada exclusivamente em crença, ou na fé em sua acepção mais vastamente pobre. No momento em que tais crenças se aventuram no campo da Razão, ficam de imediato sujeitas aos rigores do método científico, do teste e da prova, ocorrendo então o desastre. O problema, para voltarmos ao início deste texto, é a perda da capacidade das pessoas de distinguir: aliando a ignorância à idéia de que "tudo se reduz a opinião", temos os ingredientes completos para descrer da busca da Verdade. Como fazer, dada esta situação, para que em 2001 se inicie um século de luzes?



SINDICALISMO

Unicidade e imposto geram 5 mil sindicatos fantasmas

O fim do imposto sindical e do princípio da unicidade deve provocar uma verdadeira revolução no mercado de trabalho. Dos 11 mil sindicatos de trabalhadores registrados no país, metade deve fechar as portas. São entidades consideradas "fantasmas" ou "caça-níqueis", sem representatividade (não têm número suficiente de associados para se manterem sozinhos) e que sobrevivem graças ao desconto compulsório do imposto.

A contribuição que equivale a um dia de trabalho, é paga em março e este ano gerou receita aproximada de R\$ 600 milhões. Atualmente, o Brasil possui o terceiro maior grau de sindicalização da América Latina: 26,1% das pessoas que trabalham são sindicalizadas, contra 65,3% em Cuba e 42,3% na Argentina.

Uma outra crítica pesa sobre os sindicatos fantasmas: seus diretores são acusados de usar a máquina sindical para se tornar juízes classistas. Em tese, o juiz classista representa os empregados na Justiça do Trabalho (as empresas também têm direito a um). Indicados diretamente pelos sindicatos, não precisam passar pelo funil do concurso público e seus salários estão atrelados aos dos titulares das Delegacias Regionais do Trabalho.

O assunto pode causar temor em muitos dirigentes sindicais, mas outros vêem com bons olhos as prováveis mudanças. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, é favorável ao fim da



unicidade sindical, ao término do imposto compulsório e à extinção do juiz classista. Mas não quer a mudança da forma como está sendo proposta pelo governo. "Os sindicatos fantasmas vivem da unicidade e do imposto compulsório, explica o presidente da CUT/RS, Francisco Vicente: "No entanto, o modelo proposto pelo governo é para acabar com a organização sindical e estabelecer sindicatos por empresa.

Embora pareça contraditório, somos contra em razão do modelo proposto". Para a Central, é necessário estabelecer um sistema democrático na relação entre capital e trabalho. A CUT defende ainda a extinção do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cujas funções seriam absorvidas pela Justiça do Trabalho. "A unicidade, o imposto e a Justiça do Trabalho são o tripé do peleguismo", conclui Francisco Vicente.

Além da redução do número de sindicatos fantasmas, o especialistas prevêem a fusão de várias entidades de uma categoria na mesma área geográfica. Seria uma forma de reduzir custos e aumentar a representatividade.

Num momento de grandes transformações tecnológicas, com o enfraquecimento de algumas categorias e a criação de outras profissões, a CUT entende que a iniciativa pode estimular a criação de sindicatos realmente atuantes, aumentando a eficiência das negociações trabalhistas.

APOSENTADOS

A avenida da mentira

Carlos Chagas*

Temos lido nos mais recentes pronunciamentos oficiais do governo e até pela voz de ministros, que 902 mil funcionários públicos inativos dão um prejuízo de 18 bilhões anuais ao país. (...) Seria bom repor as coisas em seus devidos termos antes que virem verdade. Aposentado, seja público ou privado, não dá prejuízo. Adquire o direito, isto sim, de na velhice sobreviver com certa dignidade, ainda que não muita, por conta do tempo em que trabalhou e foi religiosamente descontado em seus salários e vencimentos. Não está o país, e muito menos o governo, fazendo favor nenhum aos seus servidores ao bancar as aposentadorias, até de forma que deixa a desejar, porque o total dos descontos de uma vida inteira, se colocado desde o início numa caderneta de poupança, renderia bem mais do que o cidadão recebe na inatividade. Imagine-se, então, se aplicado especulativamente na compra de títulos da dívida pública, com juros a 50%...

O que brada aos céus é a desfaçatez do termo: prejuízo. Porque prejuízo, além de constituir um julgamento antecipado e precipitado é, no bom vernáculo, perda. E o país não perdeu com o trabalho de 30 ou 40 anos de seus funcionários. Nem de qualquer de seus trabalhadores. Pelo contrário, o Brasil ganhou com o suor de cada um de seus aposentados, porque não existiríamos como nação sem o trabalho deles. (...) Se a Previdência Social, pública ou privada, não consegue arrecadar para pagar os aposentados, a diferença deve vir da arrecadação dos demais impostos. Aliás, sobre a Previdência Social ressalte-se uma contradição dos diabos: não faz quatro anos e estava inteiramente recuperada, com vastíssimas exaltações na imprensa pela palavra do então ministro Antônio Britto. Em 1994 falou-se até na candidatura do hoje quase ex-governador do Rio Grande do Sul à Presidência da República, como resultado do que tinha promovido. Hoje, a moda é dizer que está falida e é a culpada de todos os males nacionais, porque dá prejuízo. Ora bolas, recuperada ou deficitária, ela é um dever do Estado, em especial no caso de seus funcionários.

Se a moda pega, surgirá um tecnocrata desses que andam por aí para pregar a extinção das Forças Armadas. Ou será que elas dão lucro contábil? Quanto o Exército, a Marinha e Aeronáutica arrecadam para sustentar suas estruturas? Se não arrecadam, se dão prejuízo, que tal privatizá-las, dentro desse raciocínio tão obtuso quanto velhaco? Essa Avenida da Mentira não tem fim. Os velhos dão prejuízo? Solução final para eles: na câmara de gás ou guilhotina. Cuidado com os bebês, que também não rendem nada enquanto não crescem.

Claro que existem exageros em determinadas aposentadorias do serviço público. Marajás recebem vultosas quantias, sejam do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário. Alguns até contribuem durante pouco tempo, completando os limites fixados em lei. Só que, estranhamente, os marajás continuam, quando teria bastado uma canetada para acabar com eles. Por que não acabaram? Para que se confunda a imensa maioria de funcionários sérios, honestos e competentes com essa minoria de malandros criados à sombra de sinecuras. De tanto repetir que todos os funcionários são marajás, quem sabe a opinião pública acaba acreditando?

* Jornalista. Texto publicado na edição de 5/11/98 do Correio Braziliense

TRIBUTAÇÃO

Governo e filantrópicas travam queda-de-braço

O Governo vem travando uma batalha silenciosa com escolas, hospitais, universidades particulares e outras entidades classificadas como filantrópicas. O ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas, anunciou no dia 26 que seria editada, já no dia 27, medida provisória para obrigar as entidades que prestam serviço ao público e cobram por isso, a contribuir para a Previdência Social. Pela nova lei, somente as entidades beneficentes, que atendem gratuitamente o público, continuariam isentas da contribuição previdenciária. As entidades filantrópicas têm imunidade tributária — não pagam Imposto de Renda e diversos outros tributos — e também estão isentas da contribuição patronal à Previdência. Ou seja, só o trabalhador contribui. Segundo dados do governo federal, por conta da filantropia o Estado deixa de arrecadar R\$ 2 bilhões.

Com o anúncio do ministro, a gritaria foi geral. A Igreja Católica, escolas privadas e hospitais, entre outras entidades, fizeram pressão. O governo recuou e está elaborando minuta de nova MP. O presidente da CNBB, Dom Jayme Chemello, criticou a proposta do governo e desafiou o Ministério da Previdência a provar que instituições como as PUCs (pontifícias universidades católicas) gerem lucro. "Elas podem vender açúcar e ter prejuízo", disse Chemello.

Agora, a questão central para o governo é redefinir o que é entidade beneficente de entidade filantrópica. Há algum tempo os técnicos da Previdência questionam a justeza da isenção da contribuição de entidades filantrópicas ao INSS. A justificativa era que o Estado deve associar-se a elas na benemerência social e não como cobrador de impostos. Se os limites entre as entidades filantrópicas não forem claros, corre-se o risco de continuar a existir uma grande variedade de entidades "pilantrópicas", na expressão de um especialista da Previdência, que se aproveitam das brechas da lei somadas à esperteza do sonegador. É flagrante o caso de fraude em fundos de saúde, hospitais e escolas particulares.

Briga antiga

No dia 23, o Conselho Nacional de Assistência Social indeferiu o pedido de renovação do certificado do Instituto Geral de Assistência Social Evangélica (Igase), que vem a ser a rede hospitalar da Golden Cross. A briga da empresa com a Previdência é antiga e só agora o conselho conseguiu negar o certificado. A decisão é retroativa a 1995, e com isso a Previdência deverá cobrar cerca de R\$ 70 milhões da Golden Cross, que já entrou com recurso para não pagar o que deve conforme a nova decisão.

GIZ DE CHUMBO

OS ANOS EM QUE A UFRGS TREMEU

James Görgen

Na época, estudar na universidade e ser de esquerda significava tomar partido de alguma facção do movimento estudantil. A maioria dos alunos da Ufrgs que tinham alguma vinculação política simpatizava com a Ação Popular (AP). Um segundo grupo forte era o chamado MUC-POC (Movimento Universidade Crítica/Partido Operário Comunista). Por último, com uma pequena representação, ainda era possível contabilizar militantes da Tendência Aliança Operária Estudantil. Os universitários menos engajados politicamente, oriundos de colégios católicos, formavam a Juventude Universitária Cristã (JUC). "Apesar de existir essas facções, eu me recordo que havia uma grande unidade", analisa o atual diretor do Instituto de Matemática, Aaron Taitelbaum.

Política era que nem futebol. Se discutia em mesa de bar. Vem daí a fama do "bar da Filô", que funcionava no local do Antônio Lanches, no campus Central. O ponto nervoso da Faculdade de Filosofia era o Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt. Como o bar era quase geminado, os debates e os grupos de estudo acabavam ganhando as mesas do estabelecimento, e a cerveja ajudava a animar os conceitos de Karl Marx e outros mestres da esquerda, todos proscritos das salas de aula. "A 'Filô' era a cabeça da universidade, onde acontecia de tudo", resume a professora Maria Assunta Campilongo, que entrou na Ufrgs um mês antes do golpe e terminou o curso de Filosofia em 1968, pouco antes do AI-5. Depois de formada, Assunta continuou na universidade trabalhando em uma pesquisa eleitoral coordenada por Leônidas Xausa.

Em geral, dali também saíam as passeatas. Os estudantes se reuniam nos centros acadêmicos das diversas unidades e se dirigiam para a Filosofia aos poucos. Quando o número era considerado suficiente, a pequena multidão partia em direção à Praça da Matriz ou à Praça Montevideo, em frente à Prefeitura de Porto Alegre. Nem sempre se chegava ao destino. Montados em cavalos, policiais militares do Regimento Bento Gonçalves davam um jeito de dispersar a passeata. Contra eles, eram usadas as famosas bolas de gude, que lançadas de uma rua em declive derrubavam as montarias junto com os soldados.

Para a infelicidade dos combatentes da ditadura, apenas uma minoria participava do movimento. Seja por medo ou por simples apatia política, grande parte dos estudantes da Ufrgs preferia se abster da militância. "Eles não queriam participar de nada porque se expor era arriscado", justifica o presidente da Adufrgs, professor Carlos Schmidt, que entrou na Faculdade de Engenharia em março de 1969, aos 18 anos.

O terror implantado pelo AI-5 sufocou de vez o movimento estudantil e aniquilou qualquer tentativa de reação incubada no campus. As manifestações passaram a ser escassas. Quem insistia

Sexo, drogas e rock'n'roll. Uma câmera na mão e uma idéia na cabeça. Paz e Amor. No final dos anos 60 e início dos 70, os slogans que moviam o mundo falavam de transgressão, liberdade e convívio social. No Brasil daqueles tempos, a ditadura militar fez de tudo para que se pensasse o contrário. Este é um país que vai pra frente. Brasil: ame-o ou deixe-o! Quem não pensava assim, não se enquadrava na nação azul, amarela e verde que os generais sonhavam construir. Com a edição do Ato Institucional nº 5, que fechou o Congresso Nacional, proibiu a atuação do Judiciário, suspendeu direitos políticos dos cidadãos, decretou estado de sítio, censurou jornais e obras de arte, o autoritarismo invadiu de vez as universidades brasileiras. Se já era proibido fumar, como cantava Roberto Carlos, a partir de 13 de dezembro de 1968 os donos do regime estipularam uma nova regra de conduta: é proibido pensar.

em manter a oposição ao regime tinha consciência de que em uma hora ou outra teria de passar a viver na clandestinidade. "Manifestação podia significar prisão", afirma Schmidt. "Mas acho que eles não tinham o interesse de eliminação física das pessoas desse meio, porque o custo seria maior que o benefício", acrescenta.

Para assegurar o banimento dos jovens mais exaltados e aumentar a pressão, os militares estenderam o expurgo dos professores aos alunos. Com a edição do decreto 477, o regime se concedeu o direito de afastar, temporária ou definitivamente, qualquer estudante qualificado como subversivo ou que prejudicasse o bom andamento dos trabalhos acadêmicos. Os alunos eram perseguidos pela Brigada Militar até mesmo dentro do campus, área que não estava na jurisdição dos policiais gaúchos. "Pelo menos em três ocasiões, eu me lembro de eles entrarem batendo aqui no campus Central", contabiliza Taitelbaum.

Mesmo assim, o movimento estudantil promovia comícios-relâmpago para divulgar idéias ou, pelo menos, manter algum tipo de resistência. Para evitar a chegada da polícia, os eventos duravam, no máximo, 15 minutos. Nem sempre era possível ser sintético. Schmidt lembra que logo depois da segunda leva de expurgos de professores, em 69, o DCE Livre –mantido na ilegalidade– trouxe o líder paulista José Genoíno (hoje deputado federal pelo PT) para falar no Restaurante Universitário (RU) da Ufrgs, na avenida João

Pessoa. Acompanhado do presidente do DCE, Raul Pont (hoje prefeito de Porto Alegre), Genoíno se estendeu demais. Quando a polícia chegou, os estudantes se recusaram a sair do RU. "Eles usaram persuasão física para liberar o local", ironiza o professor.

O episódio mais famoso da resistência estudantil ao regime militar aconteceu meses antes da edição do Ato Institucional nº 5. Durante pouco mais de 24 horas, dezenas de estudantes tomaram o prédio onde funcionava a Faculdade de Filosofia. Nada foi planejado. Em seu livro *Guerra é Guerra, dizia o torturador*, Índio Vargas relata a invasão como obra do acaso. No meio de uma assembleia, um estudante sugeriu que o movimento deveria deixar da "metafísica" e partir para a ação. Foi pra já. Com a concordância da maioria, os alunos se instalaram pelos corredores, salas de aula e gabinetes do prédio da Sarmiento Leite. Receberam a solidariedade de políticos, intelectuais e sindicalistas. Levantaram acampamento no outro dia. Uma grande passeata estava sendo organizada e ninguém queria ficar de fora.

Greve mesmo foi a de setembro de 1969. Indignados com o expurgo de 19 professores, ocorrido no final de agosto, os estudantes de todos os cursos da Filosofia resolveram cruzar os braços. Colega de Taitelbaum na Matemática, que funcionava no 3º andar do prédio do Colégio Parobé, Leila Rippol chegou na aula pela manhã chorando. Seu

A coragem do velho Britto

Quando esta reportagem estava sendo concluída, os jornais de Porto Alegre noticiaram a morte do ex-deputado federal Carlos de Britto Velho, aos 85 anos, devido à complicações de uma cirurgia para conter um aneurisma na aorta. Rei da oratória, o professor da Faculdade Filosofia da Ufrgs foi o único parlamentar a renunciar ao mandato assim que o Ato Institucional nº 5 foi editado. Britto Velho deixou Brasília em 1968 e jamais voltou a se candidatar a qualquer cargo

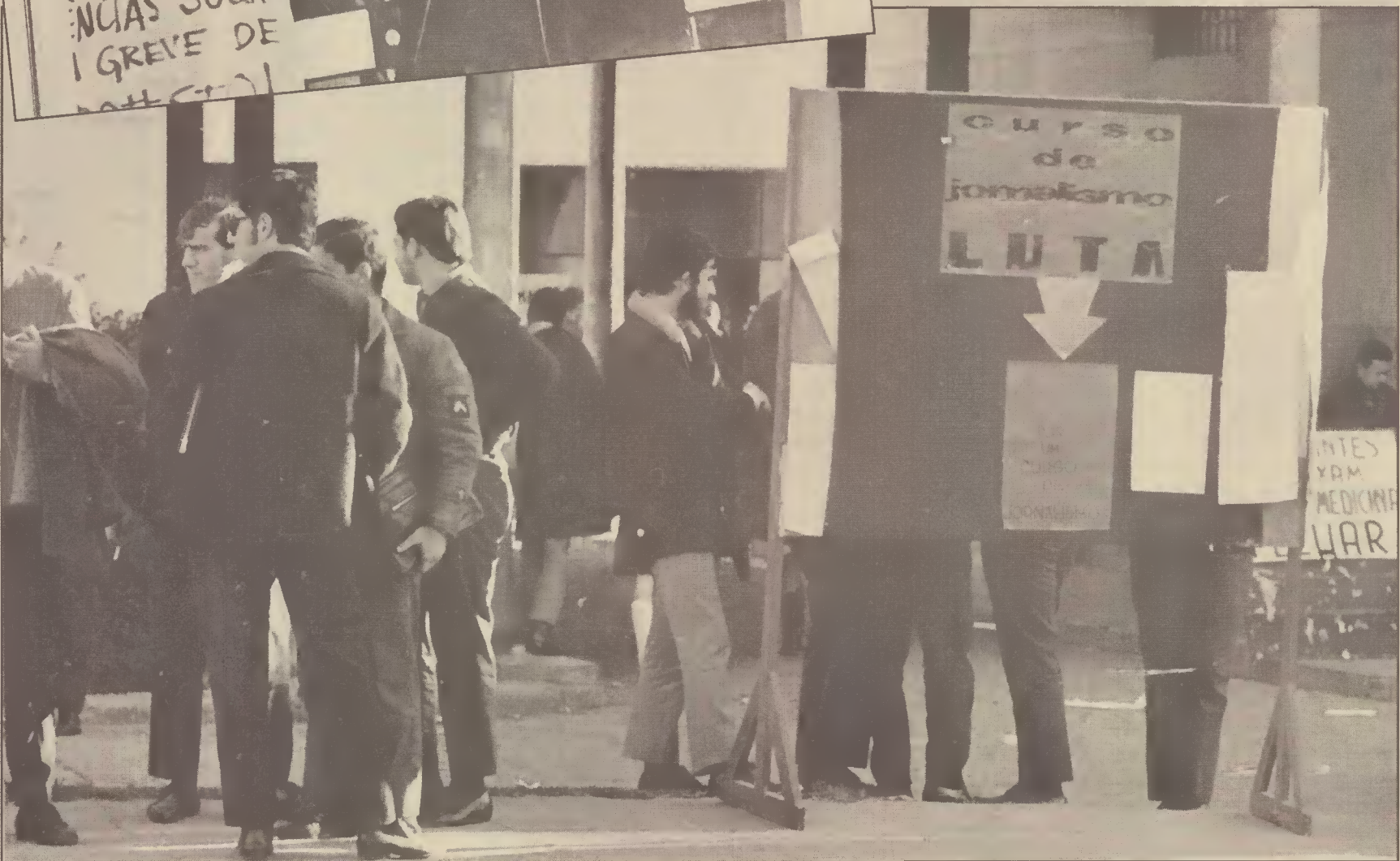
eletivo. Ao regressar a Porto Alegre, reassumiu a vaga na faculdade. Talvez já esperasse que o endurecimento do regime o forçaria a abdicar de mais um cargo público. Mesmo assim, Carlos de Britto Velho assinou o manifesto onde vários professores ameaçavam suspender as aulas da Filosofia por causa do afastamento de seu diretor, Ângelo Ricci. Ao lado de outros cinco colegas, Britto Velho recusou-se a voltar atrás. Foi aposentado em outubro de 1969.



Fotos Acervo do Museu Universitário



Na Ufrgs, os anos de chumbo foram marcados por manifestações contra a ditadura e por mais verbas para a educação. Os campi tornaram-se, a um só tempo, o palco da resistência e da repressão à liberdade de pensamento. Em torno da antiga Filosofia, este duelo era travado a céu aberto com passeatas, prisões e contra-informação.



pai, o professor da Economia Emilio Rippol, havia sido aposentado. "Imediatamente, isso gerou uma revolta em todo o curso e nós viemos para o Centro Acadêmico", resume o professor. Na Filosofia, a resistência já estava instalada e a greve foi deflagrada. A maioria dos alunos parou de assistir aulas. Foram organizadas algumas passeatas e a paralisação se prolongou por quase uma semana. Na maioria dos cursos, a greve acabou porque os alunos foram voltando para a aula. O mesmo não aconteceu com a Filosofia. Atingida em cheio pelos expurgos, a faculdade foi esvaziada. Muitos alunos abandonaram o curso porque não tinham mais ânimo para continuar estudando.

Com o AI-5 implantado, a apatia se instalou de vez na Ufrgs. O controle se dava em tudo. Dentro da sala de aula, professores e alunos eram patrulhados por agentes da "inteligência", que ficaram conhecidos como "ratos" por se esgueirarem pelos cantos. Quem viveu esses tempos não se cansa de lembrar que num belo dia caíam do céu alunos novos, das mais variadas idades, que não davam satisfação para ninguém e sequer participavam das aulas. Ninguém falava com eles e eles, quando falavam, não deixavam transparecer a que vinham. "A gente sabia que eles eram um corpo estranho, mas não podíamos fazer nada", lamenta Assunta. "Cheguei a encontrar um rato plantado em uma aula da Economia e, anos mais tarde, o vi na sala de aula de uma outra faculdade", garante o economista Luiz Miranda.

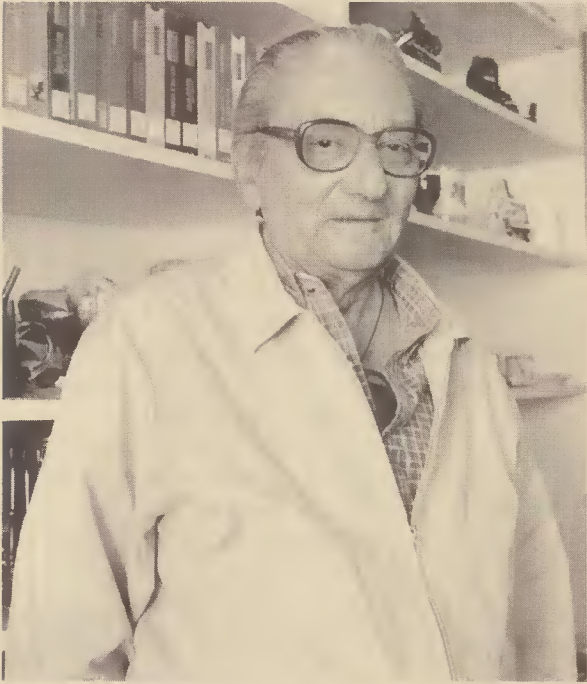
Passar os "ratos" para trás era tarefa complicada. Um dos expedientes mais comuns era confundir os conteúdos proibidos por meio de metáforas. Os militares tinham um cuidado especial com as disciplinas e as instituições que faziam pensar. Todos os cursos da Faculdade de Filosofia, que em 68 reunia desde Ciências Sociais até Jornalismo, passando por Letras e Matemática, eram o alvo principal. Direito, Economia e Arquitetura também viviam sob vigilância constante. Oficialmente, conteúdos mais polêmicos eram totalmente banidos do currículo ou expostos de forma sucinta para gerar longas discussões "subversivas". "Os professores davam uma disciplina no papel mas era outra em sala de aula", lembra Assunta. Segundo ela, apesar de toda a repressão, nunca se estudou tanto Marx nos departamentos de Ciências Humanas da Ufrgs quanto naqueles anos.

Na Faculdade de Economia, a censura foi mais forte. "Ele foi vetado de todo o curso. Havia uma referência a um tal de Marx na disciplina de História do Pensamento Econômico que era um subitem do item de economistas clássicos", lembra Miranda. "O impacto era não discutir nada. Depois de o professor Nelson Souza deixar a cadeira de Teoria da Arquitetura, a mais crítica de todas, a disciplina foi extinta até o final do regime militar", explica Demétrio Ribeiro, professor da Faculdade de Arquitetura expurgado em 1964.

Não bastasse o aparelho oficial de repressão e terror permanente, a comunidade acadêmica convivía com professores e alunos que colaboravam com a ditadura por terem consciência de que era o melhor para o Brasil. Em alguns casos, os "ratos" não tinham sequer o trabalho de levantar informações sobre algum "vermelho". A delação ficava por conta dos próprios alunos e professores, que procuravam o Departamento da Ordem Política e Social (Dops) para revelar as idéias "revolucionárias" de seus colegas de turma. "Foi um período de caça às bruxas", classifica, sem medo de errar, a professora Maria Assunta.

GIZ DE CHUMBO

Fabírcia Osanai



Demétrio Ribeiro: acusado de divulgar o comunismo em suas aulas, foi afastado da Faculdade de Arquitetura em 1964

A lista negra da Ufrgs

AGRONOMIA E VETERINÁRIA

Luiz Carlos Pinheiro Machado	aposentado	1964
José Pio de Lima Antunes	aposentado	1969
Manuel Alves de Oliveira	aposentado	1969
Roberto Buys	aposentado	1969

ARQUITETURA

Demétrio Ribeiro	aposentado	1964
Enilda Ribeiro	aposentada	1964
Edgar Albuquerque Graeff	aposentado	1964
Edvaldo Paiva	aposentado	1964
Nelson Souza	aposentado	1964
Ernesto Antonio Paganelli	aposentado	1969
Ari Mazzini Canarin	aposentado	1969
Carlos Maximiliano Fayet	aposentado	1969

BELAS ARTES

Luiz Fernando Corona	aposentado	1964
----------------------	------------	------

DIREITO

Antônio Ajadil de Lemos	exonerado	1964
Ápio Cláudio de Lima Antunes	dispensado	1964
Brasil Rodrigues Barbosa	exonerado	1964
Hugolino Andrade Uflacker	aposentado	1964

ECONOMIA

Antônio de Pádua F. da Silva	exonerado	1964
Armando Temperani Pereira	exonerado	1964
Cibilis da Rocha Viana	exonerado	1964
Cláudio Francisco Accurso	dispensado	1964
Emilio Mabilde Ripoll	aposentado	1969

FILOSOFIA

Ernani Maria Fiori	dispensado	1964
Angelo Ricci (diretor)	aposentado	1969
Ernildo Jacobs Stein	aposentado	1969
Gerd Alberto Bornheim	aposentado	1969
João Carlos Brum Torres	aposentado	1969
Leônidas Xausa	aposentado	1969
Víctor de Britto Velho	aposentado	1969
Carlos de Britto Velho	aposentado	1969
Carlos Roberto Velho Cirne Lima	aposentado	1969
Joaquim José Barcelos Felizardo	aposentado	1969
Dionísio de Oliveira Toledo	aposentado	1969
Reasilvia Kroeff de Souza	aposentado	1969
Maria da Glória Bordini	aposentado	1969

MEDICINA

Antônio Santos Flores	aposentado	1964
-----------------------	------------	------

Professores expurgados em 69 não tiveram o direito à defesa

Cátedra I de Filosofia. Na sala 301, a maior do prédio da faculdade, alunos assistiam extasiados a um professor brilhante discorrer sobre Platão e seus "Mitos da Caverna". De repente, dois senhores vestidos de terno preto adentram o recinto. Apresentam um papel ao professor Ernani Maria Fiori, titular interino da disciplina desde 1947. Ele abandona a sala sem dizer uma palavra. Estava dispensado por ordem do presidente da República. Era setembro de 1964. Iniciavam os famosos expurgos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Ao todo, 17 professores foram aposentados, exonerados ou dispensados de suas atividades docentes no primeiro ano da ditadura militar brasileira. Naquela época, não se imaginava que um processo sumário de afastamento como o originado pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1) pudesse ser mais violento. A edição do AI-5, em agosto de 1969, uma nova leva de 19 professores foi retirada de dentro de suas salas de aula e impedida de exercer a docência na universidade federal. Desta feita, o processo se agravou: simplesmente foi negado qualquer direito de defesa aos "acusados". Muitos professores ficaram sabendo que não trabalhavam mais na Ufrgs pelo noticiário do rádio ou por uma matéria de jornal. Contra estes 36 professores pesava uma única acusação: pensar diferente do ideário que sustentava o regime.

Ao contrário de 69, em abril de 1964 o ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, instituiu a figura da Comissão Especial de Investigação Sumária (Ceis) para conduzir os inquéritos e julgar os professores "acusados". Comparecendo perante a subcomissão de sua faculdade, o citado tomava ciência das denúncias que pesavam contra sua pessoa. Depois disso, tinha quatro dias para apresentar defesa escrita à mesma subcomissão. Em data a ser determinada, ele também poderia apresentar defesa oral perante a Ceis da Ufrgs.

Defesa era gentileza. Os inquéritos não levavam em conta o que cada "acusado" tinha a dizer. O clima era inquisitorial. As perguntas já haviam sido respondidas por investigadores que nunca eram identificados e o veredicto estava dado: expurgo. "O afastamento promovido em 64 obedeceu a uma simulação de julgamento que em 69 nem houve", compara Demétrio Ribeiro, 82 anos. Um dos fundadores da Faculdade de Arquitetura, o professor sofreu dois afastamentos em 64: foi aposentado da disciplina de Composições de Arquitetura e exonerado da disciplina de Evolução Urbana. Nos dois casos, foi acusado de tentar impor a ideologia comunista por meio do exercício da docência.

Nos expurgos de 1964, havia a exigência de que cada unidade indicasse um representante para compor a Ceis. "A idéia era que os próprios professores julgassem os elementos (sic) que deveriam ser afastados da Universidade e a punição que seria aplicada", escreveu o general Garrastazu Teixeira, que completava a mesa. A tarefa de punir um desafeto possibilitava algumas vinganças pessoais. "No fundo, existia perseguição por brigas de menor nível, que deixavam ressentimentos. Estas pessoas ficavam entusiasmadas porque tinham motivos particulares. O

professor Luiz Fernando Corona, que nunca teve a menor atuação política, foi afastado basicamente por ser meu assistente", acredita Ribeiro.

Argumentos menos mesquinhos e mais engraçados –se não fossem trágicos– também faziam parte dos inquéritos. Visado desde 64 e aposentado na leva de 1969, Carlos Fayet, atual presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), foi banido por uma acusação esdrúxula. Autor do projeto do Auditório Araújo Viana, o professor das disciplinas de Projeto Arquitetônico e Urbanismo, segundo seus detratores, teria buscado inspiração no partido bolchevista porque sua obra, vista de cima, reproduzia as formas de uma foicé e de um martelo.

O fato de existir uma perseguição sumária colocou um peso excessivo sobre os ombros dos docentes e deu início a uma indignação coletiva. Na Faculdade de Arquitetura, nenhum professor aceitou fazer parte do grupo de "jurados". O MEC foi obrigado a convocar um membro da Faculdade de Engenharia –o instrutor de ensino Amadeu Fagundes da Rocha Freitas– para compor a mesa.

Tentando não expor o regime a tamanho ridículo, em 69 o governo decidiu que os expurgos não obedeceriam a nenhum tipo de investigação. "Não havia nem acusação. Está exonerado e está acabado", repete Ribeiro, lembrando a fala dos inquisidores. Assim se deu em 29 de agosto daquele ano, quando 14 professores da Ufrgs foram aposentados ou exonerados (decreto publicado no Diário Oficial da União em 1º/9/69). Quatro meses antes, o reitor e mais 23 professores da Universidade de São Paulo tinham sofrido a mesma intervenção em suas carreiras. A reação imediata no Rio Grande do Sul se consolidou em greve dos alunos da Faculdade de Filosofia e a renúncia do chefe do Departamento de Ciências Sociais, Leônidas Xausa. Por causa da atitude, Xausa foi aposentado em retaliação merecendo um decreto exclusivo.

Com a demissão sumária de tantos mestres de uma só vez, quase 30 professores da Faculdade de Filosofia, que teve até o diretor, Angelo Ricci, destituído do cargo, protestaram. Todos assinaram um manifesto afirmando que iriam suspender as aulas e pedindo a renúncia do reitor, Eduardo Faraco. A reação foi violenta. O diretor-substituto, Romeu Mucillo, comandou um processo de entrevistas individuais. Os professores eram obrigados a responder se estavam dispostos a retirar o nome do manifesto. Cerca de 20 deles capitularam. Os outros seis engrossaram a lista de um novo e discricionário decreto.

Até hoje pairam dúvidas sobre quem levou a cabo o afastamento daqueles 14 professores em agosto de 69. Mesmo levando o nome do presidente Arthur da Costa e Silva e do ministro da Educação, Tarso Dutra, o decreto não continha suas assinaturas. Atingido por um derrame cerebral, o presidente não conseguiria assinar nada naquela data. Dez anos depois, Dutra também negaria o fato: "Tenho dúvidas de que o presidente tenha assinado. Não foi ele que despachou os decretos. E não foram assinados por mim", assegurou. A possibilidade de se tratar de um documento apócrifo –portanto, sem valor legal– acabaria por reverter, uma década depois, alguns dos prejuízos sofridos pelos docentes.

GIZ DE CHUMBO

Oficialmente considerada como suicídio, a morte de Ary Abreu Lima da Rosa ainda é um caso a ser investigado

Reprodução microfilme / Decordi

1967- ARY ABREU LIMA DA ROSA		Data de Nascimento: 28/5/1949	Sede: MABC
Nome: ARCI CATTANI DA ROSA Mãe: MARIA CORINA ABREU LIMA DA ROSA Porto Alegre, Est. do Rio G. do Sul			CONCURSO DE HABILITAÇÃO
Documentos Apresentados: _____ Situação Militar: _____ Documento Apresentado: MENOR Repartição Expedidora: _____ Data de Expedição: / /			C. Gerais Matemática Física Química Desenho Média Geral Classificação
Notas Apresentadas: _____ Situação Militar: _____ Documento Apresentado: MENOR Repartição Expedidora: _____ Data de Expedição: / /			CERTIFICADOS 1º CICLO GINÁSIO 2º CICLO COLEGIAL
Resultado Obtido: _____ Nota Global: 7,5		Resultado Obtido: _____ Nota Global: 6,2	

Estudante de Engenharia morreu na Base Aérea

Prender e matar um estudante que distribuía panfletos dentro da Ufrgs pode não ter sido um plano arquitetado pelo aparato de repressão da ditadura militar. O fato é que o suposto suicídio do estudante de Engenharia, Ary Abreu Lima da Rosa, 21 anos, conhecido como Oscarito, foi a única morte oficial nascida dentro do campus da universidade gaúcha. Até hoje, não foi investigado a fundo. Condenado a seis meses de detenção em 1º de setembro de 1970 por distribuir panfletos na Faculdade de Farmácia, Oscarito foi encontrado morto no Hospital da Base Aérea de Canoas em 28 de outubro de 1970. De acordo com os militares, tinha as veias do antebraço cortadas. Investigando o caso pela Procuradoria da Justiça Militar, o 1º substituto de procurador, Cesar Tadeu Mazzini Canarim, concluiu que Ary havia se suicidado porque "era doente mental".

Vista com quase 30 anos de distância, a história acrescentou novos elementos à versão dos militares. Até então, a única informação existente sobre o alegado suicídio — o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, publicado no boletim da Anistia Internacional de março de 1974 — desmentia os fatos tornados públicos pela Justiça Militar. A versão do *Dossiê* denunciava que Oscarito fora assassinado sob torturas, em novembro de 1970, no Rio Grande do Sul.

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul teve acesso aos documentos do processo de Oscarito. Na leitura da íntegra de alguns laudos e sentenças, que foram parar no *Relatório Azul* de 1996 — publicação da comissão —, lateja toda a hipocrisia da Justiça reinante nos anos de chumbo. Mesmo não provando que Ary foi torturado e morto na Base Aérea de Canoas, o levantamento realizado pela equipe da Comissão apresenta novas informações, que corroboram outra versão para a morte do estudante.

Popular entre os colegas, Oscarito era um dos expoentes do movimento universitário gaúcho. O apelido veio por tabela do comediante e parceiro de Grande Otelo nas chanchadas da Atlântida. Ary tinha um tio muito parecido com o ator que dava aula na universidade. Simpático e expansivo, acabou herdando a alcunha. "As pessoas gostavam dele", recorda o diretor do Instituto de Matemática, Aaron Taitelbaum, que foi seu contemporâneo.

Segundo filho de uma família de 13 irmãos, lia tudo que lhe caía nas mãos. Na infância, devorou os livros futuristas de Júlio Verne. "Era um idealista e

uma pessoa inteligentíssima", recorda a irmã, Ana Luiza Abreu Lima da Rosa Gavioli, 47 anos.

Era um aluno regular. Tinha boas notas no estudo de línguas e de Física, mas deixava a desejar em Química e Matemática. Apesar de ter entrado na Ufrgs pela porta da Engenharia — uma das instituições mais conservadoras até o final dos anos 60 — no vestibular de 1967, o estudante logo se bandeou para os lados do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, da Filosofia. Era lá que tudo acontecia. "Ele queria mesmo era fazer Arquitetura", diz a irmã. Sempre liderava as manifestações junto com outras lideranças. "Ele era famoso", lembra Taitelbaum. Talvez por isso, era um dos mais visados pelos "ratos".

Depois de detido, Oscarito foi submetido a um tratamento psiquiátrico. Primeiro, foi atendido em domicílio, com a autorização da família. O médico psiquiatra José Godoy Gavioli, 64 anos, primo da mãe do estudante e atual marido de Ana Luiza, cuidou de tudo. Segundo ele, a internação foi um recurso para poupar Ary da tortura. No laudo assinado por Gavioli, porém, consta que as "idéias reformistas, principalmente de natureza materialista" do estudante tratavam-se dos sintomas de uma "reação esquizoparanóide". "Para evitar que ele fosse preso, eu tinha que colocar algum diagnóstico", justifica. "Era preciso primeiro caracterizar um quadro psiquiátrico para depois discutir com as autoridades".

Em setembro de 1969, a família concordou em in-

ternar Ary no Sanatório São José, onde Gavioli clínicava (antes disso, Oscarito havia passado uma temporada foragido, perambulando pelas ruas de São Paulo). O estudante ficou quase um ano no sanatório onde, mesmo não sendo "doente mental", teria aceitado realizar tratamento farmacológico e psicoterapia de apoio. "Ele era tratado como uma pessoa normal e ninguém tinha permissão para tocar ou falar com ele se não fosse na minha presença", assegura hoje o psiquiatra. "Eu dava alguma medicação suave para ele dormir à noite", completa. Nos finais de semana, Gavioli liberava seu primo para visitar a família.

Com a condenação baseada em um processo onde nenhuma das testemunhas identificou os réus, seu pai procurou o comandante da V Zona Aérea (hoje V Comar), brigadeiro Teixeira Collares. O militar o convenceu a transferi-lo para o hospital da Base Aérea de Canoas. Gavioli o levou pessoalmente no dia 20 de setembro de 1970 — data da comemoração da Revolução Farroupilha. Quarenta dias depois, Ary aparecia morto em sua cela. "Que crime ele pode ter cometido?", pergunta a irmã, que até hoje não vê motivo para a prisão de Oscarito.

O inquérito que investigou a morte do estudante limitou-se à superficialidade de ouvir a guarda do Hospital da Base Aérea. Sequer foi descrito qual o instrumento utilizado pelo estudante para cometer o suposto "suicídio" e como ele teve acesso a tal objeto. Em compensação, os depoimentos eram pródigos em levantar suspeitas sobre o caráter "subversivo" de um reconhecido "doente mental". Conclusão dos relatórios da Marinha e da Aeronáutica enviados ao ex-ministro da Justiça, Maurício Corrêa: "Apesar de ter deixado um bilhete onde se fazia de mártir, o suicídio se deu devido ao rompimento, havido na véspera com sua namorada, fato confirmado por sua genitora que o visitou no dia anterior ao suicídio."

Na época, a família não permitiu que o então deputado do MDB Pedro Simon levasse a denúncia adiante — Ana Luiza alega que era doloroso acreditar na possibilidade de tortura e assassinato. Mesmo não tendo levado a investigação a diante, a irmã de Ary discorda da versão oficial. "Não sei se ele seria capaz de um suicídio", contesta. Os Abreu Lima da Rosa receberam a notícia por volta do meio-dia do dia 28. Ary teria sido encontrado morto ainda de madrugada, com os dois braços dentro da pia da cela. Os cortes foram feitos no lado de dentro, na altura dos cotovelos. Seu corpo foi entregue à família em um caixão fechado. "Ele estava com as mãos roxas e o rosto muito inchado", lembra a irmã. Nenhuma autópsia foi feita para saber se o estudante sofrera alguma violência. O Estado só reconheceu que Ary Abreu Lima da Rosa fora um preso político nos anos 90, depois que a família entrou com o pedido de indenização.

Oscarito foi preso na Farmácia

A tragédia deste universitário com apelido de comediante havia começado 22 meses antes. No dia 9 de janeiro de 1969, Ary Abreu Lima da Rosa e seu colega Paulo Walter Radke foram denunciados por distribuírem panfletos de "teor subversivo" aos vestibulandos que prestavam o exame nas dependências da Faculdade de Farmácia. Os impressos não passavam de um manifesto aos estudantes que defendia a continuação do 30º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes e lutava pela "construção do movimento estudantil no RGS". O material vinha assinado pelo Movimento Universidade Crítica e reclamava também da falta de vagas, além de fazer uma análise da situação do ensino universitário e da ditadura militar. Ary e seu colega foram agarrados pelos "ratinhos" (policiais que circulavam no campus disfarça-

dos de alunos) ao entrarem na Faculdade de Farmácia. "O que ocorreu, na verdade, é que a Diretora da Faculdade, ao ser informada por seus funcionários da distribuição de panfletos à entrada da Faculdade, chamou o DOPS, que prendeu os dois estudantes, apesar de não tê-los visto participando da distribuição", está escrito no *Relatório Azul*.

A denúncia resultou em um processo, dos quais foram testemunhas a diretora da Faculdade de Farmácia, Belkis Schmidt Santana, seu secretário e um funcionário da mesma instituição. Meses antes, os mesmos delatados haviam sido detidos por motivo semelhante. No 7 de setembro de 1968 — data sagrada para os donos do regime —, Ary e seus colegas se atreveram a distribuir panfletos semelhantes em plena Praça Ruy Barbosa, centro de Porto Alegre.

Elizabeth Carvalho Peiruque / Instituto de Letras da Ufrgs

Um Nobel para a língua portuguesa

A atribuição do Nobel de Literatura a José Saramago, se enche de orgulho os portugueses, não toca menos a toda a comunidade lusofônica. Com efeito, embora talvez reflita a importância que Portugal ganhou no contexto europeu —e, mais do que Portugal, a literatura portuguesa, reconhecida agora como excelente em toda a Europa—, são a comunidade lingüística lusofônica e a própria língua portuguesa que se vêem assim reconhecidas e agraciadas.

Como falantes da língua (portanto, autorizados a julgar, no caso), vale que, antes de mais nada, reconheçamos o merecimento do prêmio pelo escritor que Saramago é. Dono de um discurso novo, desde que suas obras aportaram por aqui —descobrimo o Brasil e seus leitores—, impôs-se à admiração daqueles que convivem com a literatura, seja ou não profissionalmente. Assim, a Academia mais não fez do que referendar o já consagrado. Trata-se, sem dúvida, de um dos grandes nomes da literatura deste século. Fazendo uso de um discurso empolado, a Academia concedeu o prêmio considerando, na obra do Autor, "as parábolas sustentadas por imaginação, compaixão e ironia" (*). À parte formulações acadêmicas, ressalta-se o inusitado da linguagem de Saramago, em que construções barrocas, subversões gramaticais, formas poéticas mescladas à prosa... são tocadas pela, de fato, ironia (e fina); ironia que é uma das marcas da literatura, digamos, pós-moderna. Deixando de lado os rótulos cômodos e fáceis, constate-se antes que, na obra do Autor, o tom irônico se encontra como que entretido nos fios narrativos. É com ironia que se constrói *Jangada de Pedra*, quando o Autor põe em movimento uma península ibérica que, desgarrada da Europa, vai em busca de sua identidade. Irônica é a visão que do Portugal monárquico e inquisidor do século XVIII a obra *Memorial do Convento* nos apresenta. Inclusive, é irônica e corrosiva a palavra que não perdoa à Igreja o papel que então exercia. Igualmente irônico é o narrador ao descrever o mundo português sob o julgo salazarista, no qual erra a figura fantasmática do heterônimo (de Fernando Pessoa) Ricardo Reis. De um outro tipo de ironia —essa, cruel— é construído o terrível mundo dos cegos em *Ensaio sobre a Cegueira*, em que se tem o Autor a

(*) Veja, nº 41, p.143.



olhar criticamente uma pobre humanidade que tem olhos e não sabe ver.

Sem falar de outras obras e outros discursos, criações de um verdadeiro artista da palavra —que, inclusive, aproveita magistralmente a oralidade— afirmasse que para entender a justiça do Prêmio é preciso ler

José Saramago. E ler José Saramago é vivenciar momentos do mais alto prazer estético.

Resta desejar que essa premiação abra caminho para a valorização efetiva da língua portuguesa; e não só no contexto externo à lusofonia: no próprio contexto dessa. A começar por nós próprios, brasileiros...

Valdir Morigi / Professor na Universidade Federal da Paraíba

O vento que vem lá do Sul

Quando eu era guri, ouvia algumas histórias assombrosas que os mais velhos costumavam contar a respeito da mula-sem-cabeça, do bicho-papão, do boitatá, do curupira, do caipora, do saci, da cuca, da bruxa entre outras entidades das trevas. Quem não lembra! O folclore brasileiro está cheio de entes desta natureza. Mais tarde, pude perceber que estas histórias tinham um cunho pedagógico, cujo objetivo era amedrontar as crianças com o intuito de mantê-las sob o controle. Caso não se obedecesse às ordens do pai ou da mãe (ou dos mais velhos), imediatamente os personagens destas histórias eram invocados e poderiam atuar sempre em favor de quem impunha tais ordens. Assim, sob ameaça, o nosso imaginário foi povoado de fantasmas, almas do outro mundo... Nos ensinaram a ter medo.

Traçando um paralelo com o campo político nos

surpreendemos vendo como essas entidades vagueiam e permeiam o discurso político oficial atual. A burguesia seja ela agrária, comercial, industrial ou financeira sempre soube nutrir muito bem essas entidades com a finalidade de manter a sua dominação e inculcou nas nossas mentes e corações esses sentimentos de medo quando algo a ameaçava. Na década de 60 e 70, as imagens dos comunistas associadas e veiculadas como aqueles que comiam crianças como lobos famintos foi uma idéia que surtiu efeito simbólico em muitas pessoas. E, para algumas, até hoje. Eles precisavam se fazer crer para existirem. Hoje, essas mesmas entidades continuam aí, vivas, bem perto de nós, encarnadas em maravilhosos ternos, sentados em acentos confortáveis, falando e dialogando conosco pela televisão. Se dizem "modernos" e levantam bandeiras da privatização

em todos os setores. Não conseguimos reconhecê-los porque tentaram anular nossa capacidade crítica de percebê-los assim. Por outro lado, morrem de medo de serem identificados, pois sabem que através da consciência política serão desalojados das estruturas que eles mesmos criaram para protegerem a si e seus interesses.

No Rio Grande do Sul, durante o período da última campanha eleitoral, pudemos assistir de perto esse fenômeno, quando o discurso do poder, daqueles que pleiteavam a reeleição utilizaram as mesmas estratégias que os nossos pais usavam, os mesmos argumentos na tentativa de amedrontar os eleitores. Assim, diziam que as estradas e as obras que estavam sendo asfaltadas ou iniciadas iriam parar, que o Rio Grande do Sul não receberia ajuda do governo federal, caso a oposição vencesse.



Zilá Bernd / Professora da Ufrgs e pesquisadora do CNPq

*Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...*
O Mapa, Mário Quintana

Mostrar a cidade como eterna musa de poetas, cronistas e romancistas; revelar a permanência da cidade no imaginário dos artistas e a estreita relação que com ela estabelecem, foram os objetivos que nortearam a seleção dos textos que ora apresentamos aos leitores.

Em mais de um século de produção literária, a cidade continua a exercer seu fascínio e seu poder de encantamento, exigindo do poeta, como uma mulher vaidosa, constantes declarações de amor, provas de fidelidade, adjetivos, superlativos e referências elogiosas.

Múltiplas e heterogêneas são as cidades em sua perpétua movência; múltiplos e heterogêneos são também os textos que, através dos tempos, sobre elas e para elas foram compostos. Não queiram os leitores encontrar nesta Antologia outro fio condutor que o da própria recorrência temática, calcada na necessidade dos escritores de expressarem sua relação e a de seus personagens com a cidade. A diversidade é, portanto, imensa, uma vez que apresentamos textos de quase cinquenta escritores, abarcando um período de mais de cem anos. Diversos são os estilos, variadas as abordagens e múltiplas as formas de relação com a cidade, mas o magnetismo que ela exerce sobre os artistas é sempre o mesmo, não havendo moda literária capaz de impedir o poeta de louvar Porto Alegre.

Espaços e paisagens, praças e parques, ruas e avenidas são revelados em poemas ou descritos em romances para a ambientação de personagens. Ensolarada ou sob a chuva, na primavera ou no outono, com seus ipês e suas azaléias floridos, com o Guaíba e seu soberbo pôr-do-sol a pintar no fim da tarde tons e entretens, a cidade vai se deixando captar pela sensibilidade dos escritores. Nada escapa ao olho exigente e penetrante do escritor que vai desvelando outros espaços menos ortodoxos como os bordéis e seus protagonistas, famosos em um determinado período de evolução da cidade.

A confecção desta Antologia deixou de seguir um princípio consagrado que costuma determinar a escolha de textos e autores: o princípio da legitimação



Reprodução

Zilá Bernd
Organizadora

Porto Alegre por escrito...

e da sacralização das obras. Sabe-se do poderoso papel que exercem as antologias na conformação da instituição literária e sua perversa capacidade de excluir para a periferia do sistema aqueles autores que delas não participam. Optamos aqui por contrariar a regra que manda incluir nas antologias apenas os escritores consagrados. Nossa escolha recaiu sobre autores sobejamente conhecidos e até sobre iniciantes cujas contribuições foram consideradas significativas e importantes para revelar a cidade com toda a sua multiplicidade.

Não tivemos a preocupação de exaurir o tema,

pois foi possível constatar muito rapidamente que ele é inesgotável. A cidade inscreve-se no imaginário de praticamente todos os escritores de nosso estado, o que tornaria absurda e caótica qualquer tentativa de tratar o tema de forma exaustiva. O leitor assíduo dos escritores de sua cidade perceberá falhas e omissões das quais antecipadamente nos escusamos.

Fica uma rica amostragem do prodigioso poder de encantamento de Porto Alegre que povoa o imaginário de seus escritores e de seus habitantes. Ao cantá-la em prosa e em verso, reforçam sua pertença à cidade que escolheram para viver, amar e talvez morrer.

ORELHA

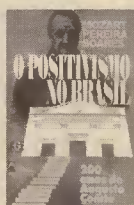


Breve inventário de temas do sul
Luiz Roberto Pecoits Targa (org.) Composto por treze escritos que expressam pontos de vista multidisciplinares sobre temas do passado e do presente do Sul. Uma pesquisa de idéias e fatos que justificam as diferenciações do povo gaúcho. Editora da Universidade e Fates Editora. p 319.

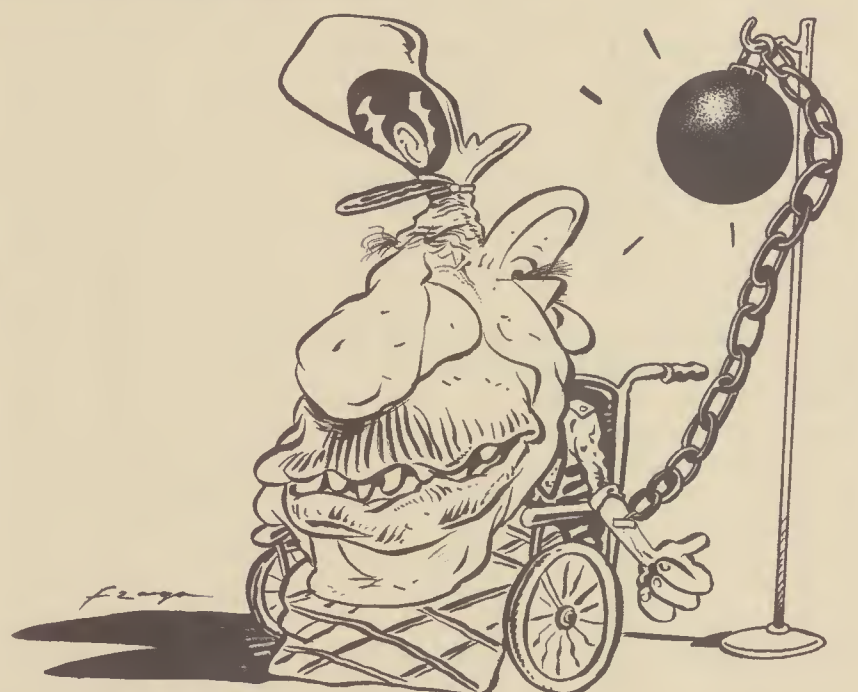


Século XXI - Barbárie ou solidariedade?
Paulo Fagundes Vizentini e Raul Carrion (org.) Reúne 23 textos escritos por estudiosos do Brasil, da América Latina, Ásia e Europa. Editora da Universidade. p 301.

O Positivismo no Brasil
Mozart Pereira Soares. Vida, obra e religião de Augusto Comte e a difusão e irradiação do Positivismo no Rio Grande do Sul e no Brasil. Editora da Universidade. p 206.



AD NAUSEAM



Adverso 11

HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de São Paulo

WWW

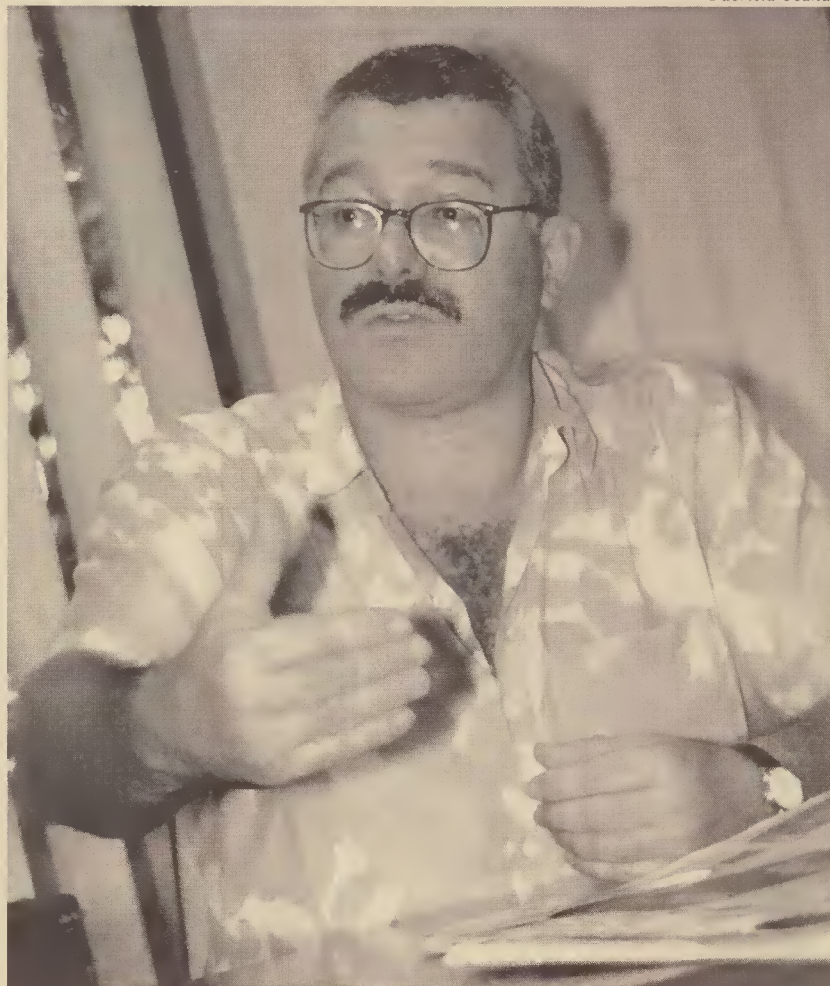
Filosofia
www.logosofia.org.br
Reflexões sobre a filosofia

Corpo Humano
www.nlm.nih.gov/research/visible/human.html
Imagens tridimensionais, animações sobre anatomia

"É preciso acreditar na ação coletiva"

Fabírcia Osanai

O presidente da Adufrgs acredita que a saída para problemas coletivos só pode ser encontrada por ações igualmente coletivas. Carlos Schmidt, o "Schimitão", vai dirigir, com os demais integrantes da Diretoria eleita nos dias 11 e 12 de novembro, os destinos da Associação no biênio 1998/2000. A posse está marcada para o dia 11 de dezembro, mas Schmidt já adianta ao ADVERSO quais serão as principais linhas de ação da nova Direção da entidade. Confira a nominata completa da Diretoria eleita: Carlos Schmidt (presidente), Lúcio Hagemann (1º vice), Elisabete Búrigo (2º vice), Regina Rigatto Witt (1ª secretária), Daniela Marzola Fialho (2ª secretária), Edson Lindner (1º tesoureiro), Mário Brauner (2º tesoureiro), Rubens Weyne (1º suplente) e Jaqueline Moll (2º suplente).



ADverso - Quais serão as linhas de ação e o que os professores da Ufrgs podem esperar da Diretoria que vai conduzir a Adufrgs nos próximos dois anos?

Carlos Schmidt - A chapa que foi eleita, composta por três integrantes da diretoria anterior e por seis novos professores, tem a preocupação de continuar o trabalho que foi feito na diretoria anterior e retomar esse trabalho a partir de uma avaliação crítica. Nós temos ainda que avançar numa comunicação mais direta com os professores. Deixamos muito a desejar nesse sentido. Temos que fazer um trabalho nas unidades, tentando um engajamento maior dos professores, que têm que entender que não é suficiente pagar a mensalidade, ele tem que participar. Ele precisa ajudar a construir políticas e indicar rumos. Acreditamos que o docente deve, a partir de sua identidade como professor universitário, fazer a ligação com as questões mais gerais da sociedade. Quer dizer, o professor está ligado a uma instituição que tem um papel importante no desenvolvimento e na crítica da sociedade. Nesse sentido, é importante que se vincule ao movimento social como um trabalhador e como um professor universitário.

Adverso - O professor universitário sente dificuldade em assumir-se como trabalhador?

Schmidt - O poder tem o interesse em atribuir um papel que diferencie o professor do restante da sociedade. Nós queremos fazer um movimento contrário: que o professor, a partir de sua identidade, tenha a compreensão de que a sua atividade está ligada ao conjunto da sociedade. Quando defendemos a Universidade pública gratuita e de qualidade, nós não estamos defendendo os interesses corporativos mas o interesse de desenvolvimento da sociedade com um determinado perfil, que não esse perfil que nos quer atribuir o poder.

Adverso - E qual será a estratégia para fazer com que os professores se aproximem e participem das atividades do sindicato?

Schmidt - Tivemos dificuldade em fazer um trabalho de contato mais direto com os professores da Ufrgs. Acho que só os fóruns tradicionais como conselho de representantes, assembléias e grupos de trabalho, são insuficientes para isso. Uma das primeiras tarefas da nova diretoria será a reativação do Conselho de Representantes. A diretoria vai dar um passo no sentido de procurar os professores em suas unidades para definir representantes que sejam de fato representantes. Enfim, que atuem, que sejam delegados, que propiciem discussão em reuniões de departamento, por exemplo. Existem momentos em que a Adufrgs pode apresentar suas propostas mesmo fora de espaços institucionais estabelecidos, por exemplo no caso do PAP. Outro ponto é o reforço aos grupos de trabalho que ficaram um pouco esquecidos. Teve o GT (Grupo de Trabalho) de Aposentados que funcionou, o de política educacional e o de C&T e nós queremos reativar esses espaços como GT Carreira, GT verba para ajudar no posicionamento nessas questões. Do ponto de vista da consolidação de uma política salarial esses GTs têm muita importância. Nós temos a GED, que é algo que não queríamos mas que foi o possível naquele momento. Queremos construir a forma de superar esse problema que a GED trouxe, afora construir uma carreira que corresponda a necessidade da universidade e dos professores e que nos contemple (já temos uma formulação da Andes sobre carreira) temos que detalhar, estabelecer relações entre valores máximos e mínimos de salário, ver como vai ser a progressão de carreira, propor uma verdadeira avaliação, não essa da GED, e aí vamos entrar na questão da autonomia que do nosso ponto de vista seria a universidade descobrir sua vocação

para trabalhar a serviço da sua região e para construir conhecimento a serviço do país.

Adverso - A quem se deve esse não-engajamento dos professores, essa descrença?

Schmidt - Existe uma descrença em soluções coletivas. Isso é passível de recuperação. Isso se deve ao modelo neoliberal, que faz com que os professores procurem resolver seus problemas sozinhos, na base do individualismo. Mas as pessoas estão compreendendo que isso não é possível e muito menos agora do que no passado. Isso passa por uma incompetência, não só da Adufrgs mas do sindicalismo em geral, em criar formas que as pessoas possam se sentir interessadas e participantes das atividades e voltadas a acreditar na ação coletiva. Acho que a diferença entre nós e a Chapa da oposição é que eles acham que o sindicato deve ter militantes que se dedicam quase exclusivamente às atividades sindicais. Isso faz com que se crie uma linguagem e uma dinâmica de reuniões pesadas, horas a fio, relatórios massudos. Temos que recuperar os fóruns tradicionais não os esvaziando por esse tipo de prática e também tentar uma forma de comunicação mais direta, seja pelo reforço de instâncias intermediárias, seja pelo contato direto da diretoria com as unidades ou pelos fóruns institucionais como as reuniões de departamento.

Adverso - E o relacionamento com outras entidades como sindicatos ou de representação científica?

Schmidt - Acho que teremos que fazer um esforço com profissionais egressos da Universidade, além desse espaço que já temos com associações científicas. Temos também uma ligação com a CUT. Podemos contribuir para potencializar as ações da Central. Temos aqui um governo do Estado que foi eleito e está aberto para a participação popular e sindical. Nós temos que comprar esse desafio, trabalhar com C&T, educação e também no desenvolvimento econômico. A universidade vai ter um grande papel no sentido de apresentar propostas. Os professores vão poder fazer isso a partir de seu trabalho acadêmico. O sindicato pode ser um catalisador para estimular isso. E como existem instâncias de participação previstas para o movimento sindical, acho que temos condições de ajudar a dar um rumo que resgate a questão do desenvolvimento igualitário, mais justo socialmente. A ótica do governo federal prescinde da participação da universidade tal qual nós entendemos que ela deva ser: uma instituição que produz e difunde conhecimento. Esse governo crê que a universidade deve ter um papel de formação de profissionais a partir de conhecimentos que são gerados fora, nos países industrializados.

Adverso - Qual foi a questão central que esteve na pauta deste último Conad (Conselho Nacional de Associações Docentes, realizado de 20 a 22 de novembro, em Belo Horizonte)?

Schmidt - O Conad conseguiu um grau de unidade de todas as correntes que circulam pelo movimento docente com a compreensão de que o momento é grave, pelos ataques aos servidores públicos e que isso merece um resposta. O Conad tirou uma grande atividade para o mês de março, centrada na Educação. A idéia é reunir os trabalhadores do setor e os estudantes dos três níveis de educação. Isso seria a base, mas queremos que a CUT e a sociedade no seu conjunto se envolva com isso. Será uma atividade em Brasília, como forma de tentar resistir a todos os efeitos de curto e de longo prazo do pacote econômico. Isso foi consensual. O que não foi consensual foi a questão da GED, por exemplo. Os companheiros que se opõem à Diretoria da Andes, acham que não devemos participar dos espaços institucionais, nem deveríamos participar dos espaços que definiram os critérios da GED. Eles acham que isso seria legitimar a GED. Nós sustentamos que não devemos deixar esses espaços de regulamentação para o governo definir as regras sozinho, sem nossa contribuição. *